

Jan Willem Bennema *

A paz social na agricultura do Alto Douro

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação baseia-se na minha tese de doutoramento sobre as relações sociais na agricultura do Alto Douro e sobre o comportamento político nessa região (Bennema 1992). Como parte das investigações para a tese, realizei trabalho de campo na aldeia de Soutelo do Douro nos anos de 1977-1978 e 1980.

Escolhi o Alto Douro por julgar que era uma região muito interessante mas pouco conhecida. Em especial, desejava saber mais sobre as explorações patronais agrícolas e sobre os que nelas trabalhavam: os patrões e o seu pessoal. Uma curta descrição geral do Alto Douro e das suas grandes quintas, de co-autoria do etnólogo Jorge Dias, despertou a minha curiosidade pela sociedade local em volta do vinho do Porto (Dias, Ribeiro e Teixeira 1949).

Da literatura depreendi que nunca se formara uma frente operária organizada no Alto Douro, ao contrário da região que era o centro das atenções desde 1974: o Alentejo. O caso do Alto Douro parecia contradizer a ideia corrente que o desenvolvimento de uma classe de assalariados conduz à consciência de classe, à agitação social, à organização dos trabalhadores e ao aumento do número de partidários da esquerda. É também por isso que escolhi o Alto Douro para as minhas investigações. Esta região de pedras lascadas, interessante em si, era também a pedra de toque da conhecida hipótese de que «a miséria social conduz à luta de classes». Para avaliar a hipótese optei pelo método comparativo, estudando semelhanças e diferenças entre o Alto Douro e o Alentejo.

O trabalho de campo numa comunidade aldeã parecia-me um bom recurso para conhecer de perto as relações de trabalho. Soutelo do Douro é uma aldeia

* Doutor em Antropologia.

especializada na produção de mosto para o vinho do Porto. Além disso, Soutelo não difere significativamente das outras aldeias quanto à estrutura agrária e ao comportamento político da maioria.

2. A PAZ SOCIAL ENTRE OS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

De acordo com fontes muito diversas (por exemplo o estudo de *A habitação rural na Região Demarcada do Douro*, publicações do Instituto do Vinho do Porto e da Casa do Douro, e o ciclo de novelas de Alves Redol¹) havia muitos pobres no Alto Douro e a distribuição da riqueza era muito desigual. Contudo, nunca houve um movimento operário e o voto, em geral, é conservador.

Em Soutelo, no tempo da Primeira República (1910-1926), morava um grupo relativamente influente de republicanos. Sob o regime da extrema-direita (o Estado Novo, 1926-1974), o grupo subsistiu sob o nome da *oposição*, e em 1974 a maioria dos seus membros aliou-se ao Partido Socialista. Esta corrente liberal em Soutelo compunha-se de duas grandes famílias, ligadas por casamentos desde cerca de 1880. Ainda hoje, todos os seus membros sabem que são aparentados mutuamente.

Quanto aos *pobres*² de Soutelo, no tempo do Estado Novo só alguns deles aliaram-se à oposição. Outros aderiram à Legião Portuguesa, a organização paramilitar da extrema-direita. A maioria, porém, não apoiava a oposição nem queria saber nada dos *legionários*, que temiam. Era a maioria silenciosa. Depois de 1974, os partidos situados à direita do PS ganharam nas eleições para a Assembleia Constituinte, a Assembleia da República e a Presidência da República. Nas eleições para as autarquias locais a maioria votou, nalguns lugares, por candidatos de esquerda. Estes, porém, não eram apoiados por razões ideológicas mas por causa das suas qualidades pessoais. Portanto, as linhas de clivagem entre correntes políticas não coincidem de modo nenhum com a distinção entre camadas sociais altas e baixas.

Como é que a paz social na agricultura e o voto conservador podem conciliar-se com a miséria social sublinhada por tantos autores?

Uma das hipóteses possíveis é a seguinte. Os assalariados agrícolas nunca foram muito conscientes das diferenças de riqueza e de poder, por exemplo porque muitos deles tinham uma atitude optimista quanto à possibilidade de melhorar a sua situação individual, comprando terra ou alcançando situação melhor como assalariados.

¹ Caldas 1943, Vizetelly 1947, Pereira 1954, Casa do Douro 1940, Redol 1974-75, Benkert 1960.

² Os *pobres* (um conceito relativo) é o termo frequentemente usado em Soutelo para designar os trabalhadores agrícolas, os pequenos lavradores, os artesãos e outros a quem se confere um status social similar.

Pelo contrário, também é possível que no Alto Douro exista uma nítida «noção de classe». Neste caso, a paz social entre os assalariados terá de ser explicada de outra maneira.

Qual das duas hipóteses é a certa? A ausência dum movimento operário e o predomínio da direita são um sinal de que a consciência de classes é fraca, ou será necessária outra interpretação? Nesta comunicação dou a minha resposta a esta pergunta, utilizando dados sobre Soutelo do Douro.

3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DIVISÃO DA TERRA

A imagem duma região onde a maioria vivia em condições difíceis certamente não era falsa. Segundo se dizia em Soutelo, tinha existido «uma pobreza doida» até cerca de 1960 ou 1965. Nos anos quarenta, principalmente, o mercado de trabalho era muito desfavorável do ponto de vista dos assalariados. Existia uma grande reserva de trabalho humano barato.

A repartição da terra entre os homens era muito desigual. Em 1965, metade da colheita de uvas para o vinho do Porto em Soutelo provinha de uma minoria de 5% dos produtores. Só a quarta parte dos produtores de uvas possuía mais de 0,3 hectares de vinha, constituída por terra própria ou arrendada.

Nas décadas de sessenta e setenta deu-se uma mudança bastante grande no mercado de trabalho, a favor dos assalariados. A reserva de trabalho humano barato diminuiu significativamente.

Simultaneamente, a desigualdade na divisão da terra em Soutelo decresceu um pouco. A minoria que fornecia metade da colheita de uvas para o vinho do Porto aumentou de 5% dos produtores em 1965 para 11% dos produtores em 1980. O número dos que possuíam mais de 0,3 hectares de vinha cresceu de 25% até 55% dos produtores. Contudo, ainda em 1980 dois quintos dos assalariados não tinham nem arrendavam prédios agrícolas.

O número de assalariados agrícolas era elevado. De acordo com o recenseamento que fiz em 1980, 45,5% da população activa agrícola de Soutelo consistia nos trabalhadores oficialmente chamados de *assalariados eventuais* ou *temporários*, que só tinham tarefas executivas e que eram pagos à hora. Os outros assalariados (feitores, caseiros, criados) representavam 7% da população activa agrícola. A percentagem dos assalariados eventuais era tão alta como no Alentejo, a julgar pelos valores dados por Afonso de Barros.³

³ Este autor corrigiu, para o caso do Alentejo, os valores revelados pelo Recenseamento de 1970. O peso dos trabalhadores assalariados foi sobrestimado no Recenseamento. Atendendo à correcção, os assalariados eventuais representavam 43% da população activa agrícola do Alentejo. Os outros assalariados, que disfrutavam de situação melhor, representavam 19% da mesma população (Barros 1979: 33-35, 75-76).

4. A EXISTÊNCIA OU AUSÊNCIA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Embora não se conceba uma luta de classes no Alto Douro, fiquei sabendo mais de conflitos de trabalho em Soutelo do que tinha pensado no início. Desde sempre, as relações de trabalho em Soutelo dão motivos para muitas queixas.

No tempo do meu trabalho de campo, os patrões queixavam-se mais do que os assalariados, o que é compreensível em vista da mudança no mercado de trabalho. Segundo uma das queixas, os trabalhadores muitas vezes não chegavam na hora certa e às vezes nem apareciam. O salário era um outro motivo de irritação, e alguns dos patrões escandalizavam-se dos trabalhadores masculinos que exigiam vinho para beber durante o trabalho.

Os informantes que faziam comentários críticos sobre patrões pertenciam a camadas sociais diversas e diferiam nas suas preferências políticas. A maior parte dos exemplos dados por eles dizia respeito ao tempo, ainda recente, em que os salários eram muito baixos.

Uma das queixas era que o patrão nem sempre escolhia o trabalhador pelas suas capacidades. Alguns dos grandes proprietários só se interessavam por trabalhadores que trouxessem as suas próprias alfaias agrícolas. Eles próprios não tinham utensílios suficientes, e queriam adiar as compras de novos. Segundo a crítica de um homem que ao tempo fora um trabalhador capaz, alguns patrões favoreciam os seus compadres ou escolhiam as raparigas atraentes. Portanto, parte dos trabalhadores *andava por favor*.

Um dos meus informantes, nascido em 1906, indica como os grandes patrões de antigamente economizavam os custos de produção. O informante possui, tal como o seu pai antigamente, uma boa empresa familiar. No tempo da sua juventude, «os dias de trabalho duravam ainda mais do que *de sol a sol*. Os grandes proprietários davam de comer ao pessoal do modo seguinte: às nove da manhã uma tigela de sopa, ao meio-dia uma tigela de sopa e uma tigela de arroz, e ao anoitecer uma tigela de sopa. Ao preparar a sopa, não se usava azeite mas *borras de azeite*».

O meu informante acrescenta que tais situações ainda não pertencem inteiramente ao passado. Aliás, seria errado acusar este informante de preconceitos esquerdistas: ele desconfiava dos socialistas, e a sua atitude política bem pode ser descrita como «democrata-cristã».

Às vezes não se pagava pelo trabalho feito. Visto que o salário era calculado por dia e não por hora, o patrão ou o feitor podia mandar o pessoal para casa sem pagar, quando chovia e o trabalho era suspenso depois de umas horas só.

Em tempos de crise, muitos trabalhadores andavam de porta em porta à procura de trabalho. Por vezes eram recusados rudemente, por exemplo com as palavras: «Não quero os teus serviços, nem sequer de graça».

Evidentemente, as relações de trabalho são formas de cooperação, mas a cooperação não exclui a crítica mútua, o conflito ou o constrangimento. É evidente também que os trabalhadores agrícolas têm plena consciência de conflitos e tensões, e daquilo que na terminologia marxista é chamada a sua «posição de classe».

5. A IGREJA E A PAZ SOCIAL

A hipótese de que «a miséria social conduz à consciência de classe e, daí, a luta de classes» é realmente contrária ao caso do Alto Douro, razão por que tem que ser rejeitada. A consciência de classe não conduz necessariamente ao protesto organizado da massa de assalariados. No Alto Douro a maioria apoia a direita, por um motivo que nada tem que ver com a sua posição económica. Qual é esse motivo?

A minha interpretação (tratado em extenso em Bennema 1992) é que o comportamento político dominante no Alto Douro se explica por um factor cultural, a saber a influência da Igreja. Em Soutelo, o laço entre a Igreja e a maioria era ainda bastante forte, pelo menos em 1980. Cerca de dois quintos da população frequentavam a missa dominical. A influência da Igreja é um dado cultural ou ideológico que não se explica pela posição económica dos *pobres*. Esta influência é a chave para a compreensão do comportamento político. Nos anos setenta, a religiosidade (ou, pelo menos, o *church-mindedness*) impediu a massa de aderir às correntes esquerdistas. Pela mesma razão, a antiga corrente liberal do republicanismo era impopular.

A comparação com o Alentejo confirma esta conclusão. No Alentejo, só 10% ou 5% da população frequentava a missa dominical. As ideias anticlericais eram habituais entre os assalariados, tanto como entre os *proprietários* (pequenos patrões). Já muito antes da implantação da República em 1910 existia uma tradição de anticlericalismo no Alentejo. Por isso os assalariados desta região, ao contrário dos do Alto Douro, não se preocupavam muito com o elemento anticlerical do republicanismo e das ideologias mais à esquerda.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Afonso de – *A reforma agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979.
- BENKERT, Rolf – *Parada do Bispo. Soziologische Gemeindestudie eines portugiesischen Weinbaudorfes*, Köln, Universität, 1960.

- BENNEMA, Jan Willem – *Port, kerk en arbeidsvrede. Economische en politieke verhoudingen in Alto Douro, Portugal* (Port Wine, the Church and Social Peace among Land-labourers), Nijmegen, 1992.
- CALDAS, Eugénio de Castro – *A habitação rural na Região Demarcada do Douro*, in BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de (dir.) – *Inquérito à habitação rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- CORDEIRO, J. Alcino – «Anuário da Região Duriense», vol. I, Régua, Casa do Douro/Imprensa do Douro, 1940, p. 345-364.
- DIAS, Jorge; RIBEIRO, Orlando; TEIXEIRA, Carlos – *Minho, Trás-os-Montes, Haut Douro*, Livret guide du Congrès International de Géographie, Lisboa, 1949.
- PEREIRA, Mário Bernardes – *O cativo de algemas invisíveis*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1954.
- REDOL, António Alves – *Ciclo Port Wine*, 3ª ed., 3 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1974-75.
- VIZETELLY, Henry – *No país do vinho do Porto* (Traduzido do Inglês. Prólogo de Mário Bernardes Pereira), Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1947.